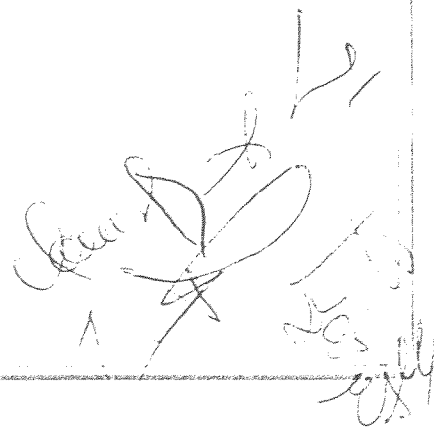


**VI REUNIÃO DOS MINISTROS DO
TRABALHO E DOS ASSUNTOS SOCIAIS
DA COMUNIDADE DOS PAÍSES DE
LÍNGUA PORTUGUESA**

CPLP

DECLARAÇÃO DE SÃO TOMÉ

28 de Setembro de 2005

Handwritten signature and initials in the bottom right corner, likely representing the official approval of the document.

VI REUNIÃO DOS MINISTROS DO TRABALHO E DOS ASSUNTOS SOCIAIS DA COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA (CPLP)

DECLARAÇÃO DE SÃO TOMÉ

Os Ministros do Trabalho e dos Assuntos Sociais da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), reunidos na cidade de São Tomé, nos dias 26, 27 e 28 de Setembro de 2005, debateram vários temas relacionados com o trabalho, emprego, formação profissional e solidariedade social, com o objectivo de partilha de conhecimentos e de experiências nos referidos domínios, que consideram importantes e constituem prioridades nas políticas sociais dos seus países, tendo decidido o seguinte:

1. Reforçar a protecção na Segurança Social dos trabalhadores migrantes e suas famílias, através da celebração de convenções bilaterais e examinar a possibilidade de que as relações bilaterais e multilaterais de Segurança Social entre os países da CPLP sejam regidas, no futuro por um instrumento comum.

2. No âmbito da Formação Profissional:
 - a) Realizar parcerias técnicas com países que já têm legislação para subsidiarem assessoria técnica.
 - b) Desenvolver programas em áreas consideradas prioritárias em particular na vertente "formação de formadores".
 - c) Disponibilizar capacidades instaladas em outros países da CPLP para a frequência de cursos de curta e média duração para técnicos da comunidade.

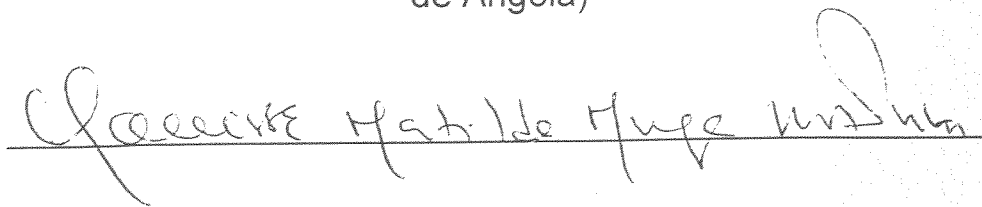
Handwritten signature and scribbles
4 2 Es

3. Continuar a valorizar a utilização da língua portuguesa quer no domínio oral, quer no domínio escrito, em todos os fóruns internacionais relevantes.
4. Apoiar a realização de uma conferência sobre o combate à exploração do trabalho infantil nos países da CPLP.
5. Apoiar a realização de um encontro subordinado ao tema "O Microcrédito como instrumento de desenvolvimento".
6. Alertar a comunidade para a necessidade do desenvolvimento de programas e projectos a favor das vítimas do HIV/SIDA, em particular os órfãos, assim como a não discriminação a todos os níveis.
7. Dar prioridade em programas de cooperação no âmbito da CPLP na área de Inspeção do Trabalho.
8. Promover a criação de uma rede integrada para promoção do desenvolvimento socio-económico no âmbito da CPLP.
9. Valorizar a relação da CPLP com a OIT, nomeadamente através do Diálogo Social.
10. Realizar a VII Reunião dos Ministros do Trabalho e dos Assuntos Sociais da CPLP na Guiné Bissau, no decurso do 2º Semestre de 2006.

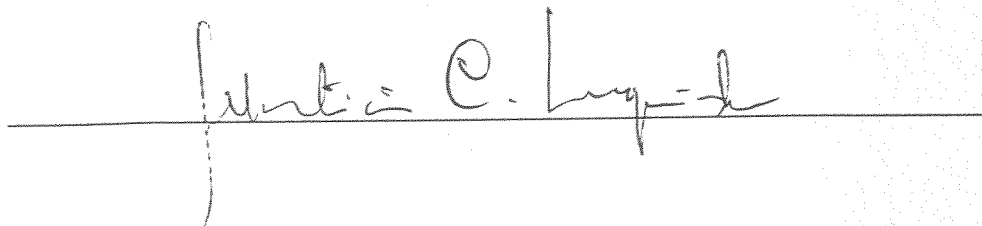
Handwritten signature and scribbles

3

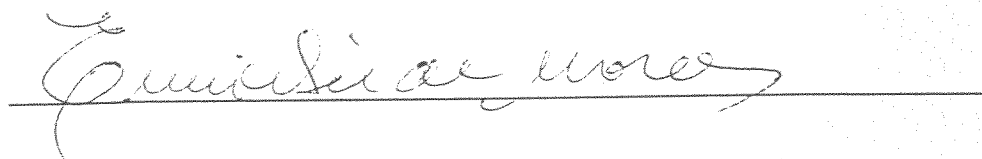
Clarisse Kaputu (Vice-Ministra da Assistência e Reinserção Social de Angola)



Sebastião Constantino Luquinda (Vice-Ministro da Administração Pública, Emprego e Segurança Social de Angola)



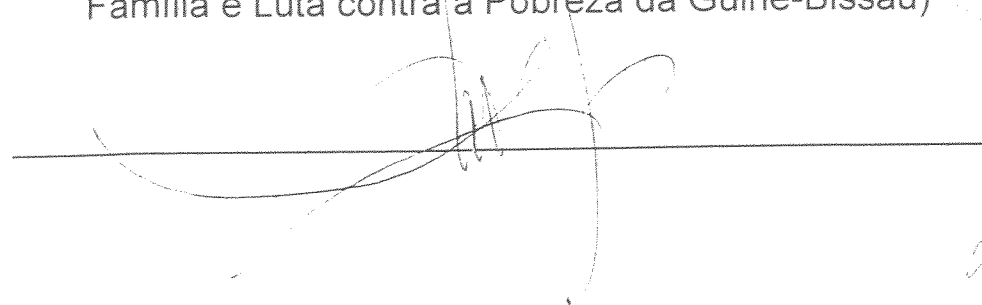
Eunice Léa de Moraes (representante do Ministro do Trabalho e Emprego do Brasil)

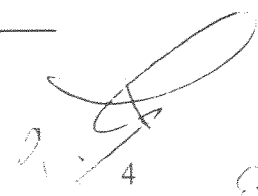


Sidónio Fontes Lima Monteiro (Ministro do Trabalho e Solidariedade de Cabo Verde)

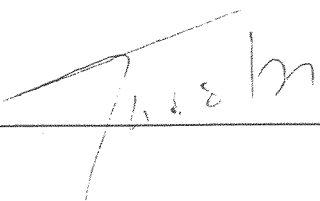


Eugénia Saldanha Araújo (Ministra da Solidariedade Social da Família e Luta contra a Pobreza da Guiné-Bissau)

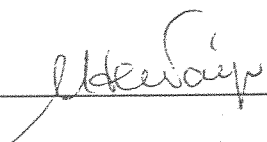




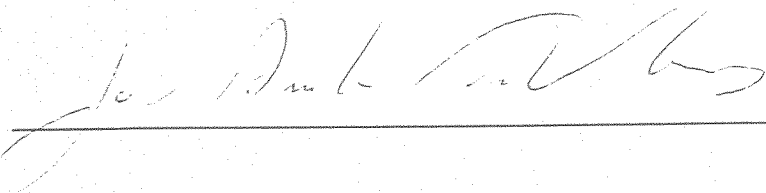
Carlos Mussa Baldé (Ministro da Reforma Administrativa, Função Pública e Trabalho da Guiné-Bissau)



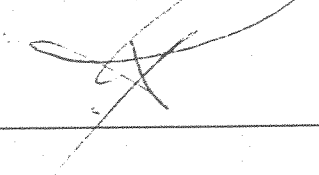
Maria Helena Taipo (Ministra do Trabalho de Moçambique)



José António Vieira da Silva (Ministro do Trabalho e da Solidariedade Social de Portugal)



Fernando da Silva Maquengo de Freitas (Ministro do Trabalho, Emprego e Solidariedade de São Tomé e Príncipe)



Eugénio João Amado de Maria Soares (representante do Ministro do Trabalho e da Reinserção Comunitária de Timor-Leste)



**VI REUNIÃO DOS MINISTROS DO
TRABALHO E DOS ASSUNTOS SOCIAIS
DA COMUNIDADE DOS PAÍSES DE
LÍNGUA PORTUGUESA (CPLP)**

**REUNIÃO DAS DELEGAÇÕES
TÉCNICAS**

A C T A

26 a 28 de Setembro de 2005

VI REUNIÃO DOS MINISTROS DO TRABALHO E DOS ASSUNTOS SOCIAIS DA COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA (CPLP)

REUNIÃO DAS DELEGAÇÕES TÉCNICAS

A C T A

As delegações técnicas presentes na VI Reunião dos Ministros do Trabalho e dos Assuntos Sociais da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), reunidos na cidade de São Tomé, nos dias 26, 27 e 28 de Setembro de 2005, debateram várias questões relacionadas com o trabalho, emprego, formação profissional e solidariedade social, com o objectivo de partilha de conhecimentos e de experiências nos referidos domínios, tendo abordado os seguintes temas:

1. Avaliação das Recomendações contidas na “Declaração da Praia”
2. Convenções de Segurança Social
3. Legislação na área da Formação Profissional
4. Medidas de Formação Profissional e Emprego
5. Risco Bancário e Investimento dos Fundos da Segurança Social
6. Valorização da Língua Portuguesa nas áreas do Trabalho e dos Assuntos Sociais
7. Combate ao Trabalho Infantil no âmbito da CPLP
8. O microcrédito como instrumento de desenvolvimento
9. Medidas a favor das crianças órfãs e/ou vulnerabilizadas pelo HIV/SIDA
10. As Inspeções do Trabalho no âmbito da CPLP
11. Protecção Social e Inclusão Social: Convergência de Esforços numa Perspectiva Global – *Conferência Mundial*
12. “*Workshop*” previsto na alínea a) do nº 7 da Declaração da Praia: Temas a tratar na VII reunião dos Ministros do Trabalho e dos Assuntos Sociais da CPLP
13. Rede Integrada para a Promoção do Desenvolvimento Social no âmbito da CPLP
14. Cooperação Bilateral e Multilateral
15. “Pontos Focais “ no âmbito do Trabalho e dos Assuntos Sociais da CPLP

16. Regulamento de funcionamento das reuniões dos Ministros do Trabalho e dos Assuntos Sociais da CPLP

As conclusões produzidas nas sessões realizadas são sintetizadas na presente Acta:

1. AVALIAÇÃO DAS RECOMENDAÇÕES CONTIDAS NA “DECLARAÇÃO DA PRAIA”

Os Técnicos passaram em revista a “Declaração da Praia”, emergente da V Reunião dos Ministros do Trabalho e dos Assuntos Sociais, que teve lugar na Cidade da Praia de 28 a 30 de Setembro de 2004, relativamente ao grau de cumprimento das recomendações nela contidas, tendo concluído o seguinte:

- As recomendações constantes dos pontos 1 a 6, assim como as recomendações n.ºs 8, 9 e 10, continuam actuais e deverão merecer o empenhamento de todos os Governos.
- Relativamente à alínea a) do ponto 7, a mesma foi concretizada com a realização do “*Workshop*” que teve lugar durante esta reunião.
- Quanto à alínea b) do referido ponto 7, a formação prevista teve lugar em Lisboa, em Junho do ano em curso.
- No que respeita aos pontos 11 e 12, da responsabilidade de Cabo Verde, foi dado início à criação do “*site*”, importando que todos os Países prestem as necessárias informações, aliás já solicitadas.

Assim, considera-se que este “dossier” deveria continuar, por ora, sob responsabilidade daquele País.

2. CONVENÇÕES DE SEGURANÇA SOCIAL

Na relevância prática de reforçar a protecção na Segurança Social dos trabalhadores migrantes e suas famílias, através da celebração de convenções bilaterais, deveria ser examinada a possibilidade de as relações bilaterais e multilaterais de Segurança Social entre os países da CPLP serem regidas por um instrumento comum. Tais convenções seriam baseadas no desenvolvimento dos seguintes princípios:

- a) Igualdade de tratamento entre os trabalhadores abrangidos pelo âmbito pessoal da convenção;
- b) Unicidade e determinação da legislação aplicável no território do Estado onde a actividade é exercida;
- c) Conservação dos direitos, em relação quer às prestações de Segurança Social em curso de aquisição quer às prestações já adquiridas.

3. LEGISLAÇÃO NA ÁREA DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL

Considerando que nem todos os países da CPLP dispõem de legislação na área da Formação Profissional, julga-se que aqueles que ainda não a tenham deveriam promover a mesma, se possível até à próxima reunião dos Ministros do Trabalho e dos Assuntos Sociais da CPLP.

4. MEDIDAS DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL E EMPREGO

Considerando que, no âmbito dos projectos de emprego e formação profissional desenvolvidos no quadro da cooperação de Portugal com alguns dos países, estão em curso diversas medidas de emprego e formação profissional (aprendizagem, apoio à criação de emprego, estágios profissionais), julga-se que tais experiências poderão ser transmitidas a todos países através do “*site*” em construção.

Ainda no âmbito da Formação Profissional, seria desejável o seguinte:

- a) O desenvolvimento de programas em áreas consideradas prioritárias no domínio da Formação Profissional, em particular na vertente “formação de formadores”.
- b) A disponibilização de capacidades instaladas em outros países da CPLP no domínio da Formação Profissional, para a frequência de cursos de curta e média duração para técnicos de outros países.

Considerando os bons resultados alcançados em Angola através da “Formação Itinerante”, tomar conhecimento de que o Ministério da Administração Pública, Emprego e Segurança Social daquele país promoverá a introdução no “*site*” em preparação do essencial da sua experiência.

5. RISCO BANCÁRIO E INVESTIMENTO DOS FUNDOS DA SEGURANÇA SOCIAL

Considerando que o tema “Risco Bancário e Investimento dos Fundos da Segurança Social” se reveste de grande interesse para os países com assistência técnica através do PROSOCIAL¹, será de interesse que o mesmo seja inscrito no conjunto das actividades a realizar no âmbito daquele Projecto.

6. VALORIZAÇÃO DA LÍNGUA PORTUGUESA NAS ÁREAS DO TRABALHO E DOS ASSUNTOS SOCIAIS

Considerando que, desde 2001, o português é língua passiva no âmbito das comissões realizadas durante a Conferência Internacional do Trabalho;

Considerando, igualmente, que, ao abrigo do Protocolo entre o Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social de Portugal e o “Bureau” Internacional do Trabalho (BIT), têm vindo e irão continuar a ser traduzidas e editadas publicações originais do BIT;

Considerando que importa adoptar novas medidas visando a valorização da língua portuguesa nas áreas do Trabalho e dos Assuntos Sociais em eventos internacionais;

Considerando que não é desde já possível inventariar tais eventos nos quais a língua portuguesa deva ser considerada como uma das línguas de trabalho;

Admitindo-se, no entanto, que outras situações existirão relativamente às quais importa assegurar a “presença” da língua portuguesa;

Nestas condições, deveria admitir-se que possam ser analisados todos os casos que, tendo em vista a “valorização da língua portuguesa nas áreas do Trabalho e dos Assuntos Sociais” e com a devida fundamentação, sejam apresentados.

7. COMBATE AO TRABALHO INFANTIL NO ÂMBITO DA CPLP

Tendo-se tomado conhecimento da proposta de Portugal no sentido da realização de uma Conferência sobre o combate ao trabalho infantil nos

¹ Projecto para o desenvolvimento da Protecção Social nos PALOP (que vai transitar do âmbito da cooperação multilateral Portugal/BIT para a cooperação bilateral).

países da CPLP, iniciativa à qual a OIT se associou, nomeadamente através do seu Programa Internacional para Eliminação do Trabalho Infantil – IPEC, entendem os Técnicos que aquele evento se revestirá do maior interesse.

8. O MICROCRÉDITO COMO INSTRUMENTO DE DESENVOLVIMENTO

Tomou-se conhecimento da disponibilidade de Portugal realizar, no 1º Semestre de 2006, um encontro subordinado ao tema “O Microcrédito como instrumento de desenvolvimento”, no qual participariam, entre outras entidades, parceiros de projectos onde existam experiências na área do microcrédito.

Admite-se que o encontro seja realizado num dos países da CPLP e do mesmo deverão resultar propostas concretas.

9. MEDIDAS A FAVOR DAS CRIANÇAS ÓRFÃS E/OU VULNERABILIZADAS PELO HIV/SIDA

Sobre este tema, relacionado com as crianças órfãs e/ou vulnerabilizadas pelo HIV/SIDA, conclui-se que este flagelo abrange, de uma forma geral, os cidadãos dos respectivos países, particularmente as crianças, e apresenta-se como um factor que pode influenciar o desenvolvimento económico e social. Assim, seria importante que os governos dos países possam incluir nos seus orçamentos verbas destinadas ao desenvolvimento de programas e projectos visando apoiar aquelas crianças.

10. AS INSPECCÕES DO TRABALHO NO ÂMBITO DA CPLP

Tendo-se tomado conhecimento de que foram já iniciados passos no sentido de, em articulação com os países da CPLP e com o Escritório da OIT em Lisboa, ser preparado um Projecto de Cooperação na área da Inspeção do Trabalho e de que, na sequência de uma primeira reunião em Lisboa, irá ser realizada uma segunda reunião, já com a participação dos Inspectores-Gerais do Trabalho da CPLP, a ter lugar em Portugal, no próximo mês de Fevereiro, os Técnicos manifestaram interesse pelo trabalho em curso, dado tratar-se de uma área reconhecidamente importante.

11. PROTECÇÃO SOCIAL E INCLUSÃO SOCIAL: CONVERGÊNCIA DE ESFORÇOS NUMA PERSPECTIVA GLOBAL – Conferência Mundial

Os Técnicos manifestaram interesse em dispor de outras informações sobre a Conferência Mundial subordinada ao tema “Protecção Social e Inclusão Social: Convergência de Esforços numa Perspectiva Global” que, no âmbito do STEP/Portugal, e também com a participação da Comissão Europeia, se realizará, em fins de Setembro/2006, em Lisboa.

12. “WORKSHOP” (alínea a) do nº 7 da Declaração da Praia): TEMAS A TRATAR NA VII REUNIÃO DOS MINISTROS DO TRABALHO E DOS ASSUNTOS SOCIAIS DA CPLP

Dada a importância do tema “Os Investimentos dos Fundos da Segurança Social”, os Técnicos consideram que deveria o mesmo ser tratado no “Workshop”, a realizar no âmbito da VII Reunião dos Ministros do Trabalho e dos Assuntos Sociais da CPLP.

13. REDE INTEGRADA PARA A PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL NO ÂMBITO DA CPLP

Considerando os resultados das experiências no âmbito da cooperação bilateral e o interesse manifestado no sentido de que as mesmas possam ser partilhadas a nível de todos ou, pelo menos, de alguns dos Países da CPLP;

Nestas condições, entendem os Técnicos que, aproveitando as potencialidades do “site”, poderia ser dado início à construção de um Projecto, a designar por “Rede integrada para a Promoção do Desenvolvimento Social no âmbito da CPLP”, no qual, e desde já, seriam previstos os seguintes Sub-projectos (ou Componentes) :

- Microcrédito
- Formação em “gestão de pequenos negócios”
- Regulamentação de funcionamento de equipamentos sociais

14. COOPERAÇÃO BILATERAL E MULTILATERAL

Os Técnicos manifestam o desejo de que sejam aprofundados os Programas de Cooperação bilateral e multilateral, reconhecendo que, para além dos recursos, importa que se disponha de vontade e condições políticas para a sua concretização.

15. “PONTOS FOCAIS” NO ÂMBITO DO TRABALHO E DOS ASSUNTOS SOCIAIS DA CPLP

Para os assuntos relacionados com as áreas do Trabalho e dos Assuntos Sociais da CPLP, entendem os Técnicos que, em cada Ministério, deveriam ser indigitados os respectivos “pontos focais”, cabendo à Parte Caboverdiana fazer constar do “*site*” tais indigitações.

16. REGULAMENTO DE FUNCIONAMENTO DAS REUNIÕES DOS MINISTROS DO TRABALHO E DOS ASSUNTOS SOCIAIS DA CPLP

Considerando que a experiência colhida nas 6 reuniões dos Ministros do Trabalho e dos Assuntos Sociais da CPLP permite e aconselha que seja elaborado um “Regulamento” de funcionamento daquelas reuniões;

Assim, os Técnicos consideram que:

1º. Ao Secretariado Executivo, nomeado nesta VI reunião, caberá elaborar um primeiro projecto de “Regulamento” e remetê-lo aos “pontos focais” definidos na presente Declaração até ao dia 15 de Dezembro de 2005.

2º Os “pontos focais” apreciarão o documento referido no nº 1º e remeterão as suas observações ao Secretariado Executivo até ao dia 31 de Janeiro de 2006.

3º O Secretariado Executivo preparará uma nova versão de “Regulamento”, integrando na mesma as contribuições recebidas dos “pontos focais” e enviará àqueles a nova versão, no máximo até 15 de Abril/2006.

O “Regulamento” em causa será apreciado e aprovado na VII Reunião dos Ministros do Trabalho e dos Assuntos Sociais da CPLP.

Os participantes (*V. lista em anexo*)

VI REUNIÃO DOS MINISTROS DO TRABALHO E DOS ASSUNTOS SOCIAIS DA CPLP

- São Tomé, 26 a 28 de Setembro de 2005 -

LISTA DE PARTICIPANTES

PAÍS	NOME	FUNÇÃO
Angola	Dr. Marcelino Bonzela Franco	Consultor do Ministro da Assistência e Reinserção Social
Angola	Dra. Maria de Lourdes B. Santos Carlos	Directora do Gabinete de Intercâmbio Internacional do MINARS
Angola	Sr. Manuel da Costa	Director Nacional do Emprego Formação Profissional
Angola	Sr. José dos Santos	Director Provincial do MAPESS do Kuanza Sul
Cabo Verde	Dra. Joanilda Alves	Directora do Gabinete do Ministro do Trabalho e Solidariedade
Cabo Verde	Dra. Antónia Rodrigues	Directora do Departamento de Formação do Instituto do Emprego e Formação Profissional
Cabo Verde	Dr. Benjamim Nogueira	Administrador Executivo do Instituto Nacional da Previdência Social
Guiné-Bissau	Dra. Maria Marcelina Monteiro Barbosa de Carvalho	Directora-Geral da Solidariedade Social e Família
Guiné-Bissau	Dr. Higinio Lopes Cardoso	Presidente do Conselho de Administração do Instituto Nacional de Previdência Social
Moçambique	Dr. Arnovo Vilanculos	Chefe do Departamento Jurídico do Instituto Nacional de Segurança Social
Moçambique	Dr. Lucas Messias Mucavele	Chefe do Centro de Formação Profissional do Instituto Nacional do Emprego e Formação Profissional
Portugal	Dr. Gabriel Bastos	Chefe do Gabinete do Ministro do Trabalho e da Solidariedade Social
Portugal	Dr. Sebastião Pizarro	Director do Departamento de Acordos Internacionais de Segurança Social
Portugal	Dr. José Pedro Pinto	Assessor de Imprensa do Gabinete do Ministro do Trabalho e da Solidariedade Social
Portugal	Dra. Maria Lucília Figueira	Directora-Geral do Gabinete para a Cooperação
São Tomé e Príncipe	Dr. Manuel da Conceição d'Assunção dos Ramos	Director do Gabinete de Estudos, Cooperação e Solidariedade
São Tomé e Príncipe	Dr. Sílvio Cursino Dias	Técnico Superior do Gabinete de Estudos, Cooperação e Solidariedade
São Tomé e Príncipe	Dr. Augusto Calixto da Conceição	Director do Trabalho
São Tomé e Príncipe	Dr. Alexandre Cravid	Director dos Serviços Públicos de Emprego

PAÍS	NOME	FUNÇÃO
São Tomé e Príncipe	Sra. Fátima G. Fernandes	Técnica da Direcção de Serviços Públicos de Emprego
São Tomé e Príncipe	Sra. Olívia Vera Cruz Pereira	Coordenadora-Geral do Instituto Nacional de Segurança Social
São Tomé e Príncipe	Dr. Lagrimino Gomes	Técnico Superior do Centro de Formação Profissional de São Tomé e Príncipe
São Tomé e Príncipe	Dra. Cíntia Lima	Coordenadora do Departamento de Acção Social
São Tomé e Príncipe	Dr. Juvenal Espírito Santo	Assessor do Instituto Nacional de Segurança Social
São Tomé e Príncipe	Sra. Teodora de Sousa	Coordenadora do Centro Social de Riboque e Sucata
São Tomé e Príncipe	Sr. Francisco Pina	Assessor para os Assuntos Jurídicos do Ministro do Trabalho, Emprego e Solidariedade
São Tomé e Príncipe	Sr. Carlos Sacramento	Assessor para os Assuntos Sociais do Ministro do Trabalho, Emprego e Solidariedade
São Tomé e Príncipe	Sr. Victor do Espírito Santo	Chefe do Departamento de Economia e Finanças do Instituto Nacional de Segurança Social
São Tomé e Príncipe	Sr. Rodrigo Nascimento	Director do Gabinete do Ministro do Trabalho, Emprego e Solidariedade
São Tomé e Príncipe	Dr. Óscar Lavres	Inspector-Geral do Trabalho
São Tomé e Príncipe	Sr. Carlos Cassandra	Chefe da Delegação do Instituto Nacional de Segurança Social no Príncipe
São Tomé e Príncipe	Sr. Simão Lavres	Técnico da Delegação do Instituto Nacional de Segurança Social no Príncipe
São Tomé e Príncipe	Sr. Albino da Fonseca	Presidente do Conselho de Administração do Instituto Nacional de Segurança Social
São Tomé e Príncipe	Sr. Carlos Fernandes	Centro de Formação Profissional de São Tomé e Príncipe
São Tomé e Príncipe	Dra. Maria Manuel Silva	Directora Executiva da Santa Casa da Misericórdia de São Tomé e Príncipe
Timor-Leste	Dr. Eugénio Soares	Director Nacional dos Serviços de Administração e Finanças do Ministério do Trabalho e da Reinserção Comunitária
Timor-Leste	Dra. Antónia Carmen da Cruz	Técnica do Ministério do Trabalho e da Reinserção Comunitária
	Dr. José Fialho Feliciano	"Bureau" Internacional do Trabalho (BIT)
	Dr. Nuno Cunha	"Bureau" Internacional do Trabalho (BIT)
	Dr. Paulo Bárcia	Director do Escritório da OIT em Lisboa